

# Crise Sanitária e Ambiental para as comunidades locais do Pantanal



Realização:



Co-financiador



Apoio:



## CRISE SANITÁRIA E AMBIENTAL PARA AS COMUNIDADES LOCAIS DO PANTANAL

Esta é uma publicação da ECOA - Ecologia e Ação

Rua 14 de Julho, 3169 - Vila São Thomé - Campo Grande, MS.

CEP 79002-332



**Telefone:** (67) 3324-3230

**E-mail:** [ecoa@riosvivos.org.br](mailto:ecoa@riosvivos.org.br)

**Co-financiador:**

*União Europeia.*



**Apoio:**

*Ministério Público do Trabalho – 24ª Região.*



**Coordenação geral:**

*Nathalia Eberhardt Ziolkowski.*

**Colaboradores:**

*Thiago Miguel Oliveira Saiefert.*

*André Luiz Siqueira.*

*Rafael Moraes Chiaravalloti.*

*Alcides Faria.*

**Fotos:** *Arquivo Ecoa, André Luiz Siqueira, Jocemir Antunes (Jaburu), Nathalia Eberhardt Ziolkowski, Nilza Bandeira, Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul, Rafael Sá.*

**Mapa:** *Thiago Miguel Oliveira Saiefert.*

**Diagramação:** *Luis Augusto Akasaki.*

# Introdução

A **Ecoa – Ecologia & Ação** é uma organização não governamental fundada em 1989, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS), que associa o trabalho ambiental de conservação dos ecossistemas Pantanal e Cerrado, fortalecimento da democracia e a defesa e o desenvolvimento permanente das comunidades tradicionais e locais. Nosso trabalho de acompanhamento das comunidades e suas necessidades orientam as ações desenvolvidas pela organização ao longo de seus 31 anos de existência.

Nessa atual conjuntura de crise sanitária ocasionada pela pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV-2), as necessidades emergenciais das comunidades se tornaram mais latentes e a construção de novas estratégias e ações de trabalho pela Ecoa e seus parceiros foram substanciais para atender e promover condições básicas de sobrevivência.

Em parceria com o Ministério Público do Trabalho da 24ª Região, a Ecoa iniciou um trabalho mais estruturado e sistematizado de levantamento de informações em comunidades tradicionais, locais e grupos da categoria de pescadoras/es profissionais, da área urbana e rural do Pantanal, com enfoque na identificação de vulnerabilidades e dificuldades vivenciadas nos territórios, frente ao período de pandemia.

Os resultados desse levantamento apresentamos nessa publicação.

Agradecemos a participação das comunidades, o apoio do Ministério Público do Trabalho, a parceria da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado no debate sobre metodologias aplicáveis e à todas as pessoas e organizações dedicadas a apoiar o Pantanal nesses tempos de pandemia.



*Atendimento de saúde – povos das águas – na região da serra do amolar. Foto: Arquivo ECOA.*

# Metodologia

O levantamento foi feito em 15 comunidades tradicionais e locais sob jurisdição de 5 municípios do estado de Mato Grosso do Sul. Ao todo ouvimos 27 lideranças representantes dessas comunidades, por telefone, em uma entrevista pré-estruturada com um questionário guia elaborado pela equipe técnica da organização, a partir de diálogos com a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado<sup>1</sup>. As ligações e entrevistas duraram em média 25 minutos e durante os diálogos o trabalho básico preventivo também foi feito, através da difusão de informações sobre proteção em tempos de pandemia.

A escolha de ouvir lideranças vinculou-se ao propósito de obter compreensão da realidade integral das comunidades a partir de pessoas que acompanham e compreendem a dinâmica local das famílias. Há dificuldade de acesso aos meios de comunicação na área rural, o que impossibilita o diálogo com um maior número de pessoas.

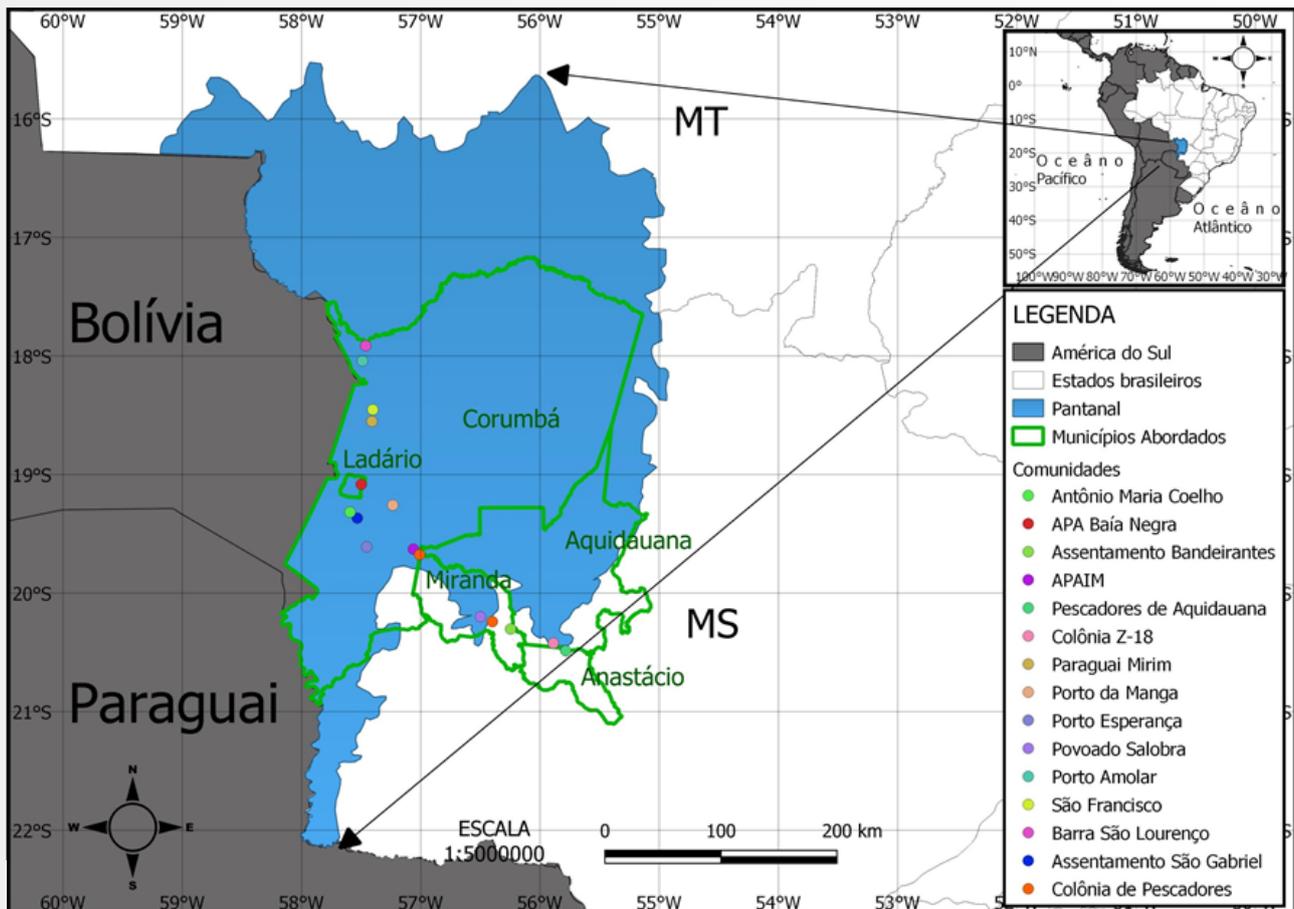
O levantamento nos permitiu gerar dados importantes sobre as condições de vida desses grupos pantaneiros, direcionando ações específicas de enfrentamento as problemáticas vivenciadas no território.

O questionário pré-estruturado tratou de identificar a localização das pessoas entrevistadas e teve como eixos centrais das perguntas questões relacionadas a saúde, meios de sobrevivência, segurança alimentar, trabalho e renda e relações sociais em tempos de pandemia. O objetivo principal do levantamento foi entender as vulnerabilidades que as famílias enfrentam em tempos de crise sanitária e ambiental.

Entre as populações locais estão 13 de comunidades/grupos auto identificadas como tradicionais, compostas por povos ribeirinhos e/ou pequenos/as agricultores/as, cujas famílias são pescadoras, coletoras de isca e/ou de frutos nativos, piloteiras de barco; e 02 projetos de assentamento rural agroextrativistas.

---

<sup>1</sup> No mês de agosto de 2020 a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado lançou a publicação intitulada: "Primeiras reflexões sobre a situação das comunidades do Cerrado frente à pandemia do coronavírus", que pode ser acessa em: [http://semcerrado.org.br/wp-content/uploads/2020/08/An%C3%A1lise\\_da\\_situa%C3%A7%C3%A3o\\_das\\_comunidades\\_do\\_Cerrado\\_31julho.pdf](http://semcerrado.org.br/wp-content/uploads/2020/08/An%C3%A1lise_da_situa%C3%A7%C3%A3o_das_comunidades_do_Cerrado_31julho.pdf)



## Apresentação de dados

Comunidades locais do Pantanal foram severamente afetadas pelos efeitos da Pandemia do novo coronavírus.

Entre os dias 08 e 31 de Agosto de 2020, a Ecoa realizou 27 entrevistas com lideranças de 15 comunidades tradicionais e locais no Pantanal.

A preocupação com a contaminação em seus territórios aumentava à medida que, inevitavelmente, precisavam ir para as cidades comprar alimentos, remédios e principalmente para o acesso ao auxílio emergencial do governo federal e para uma outra parte expressiva dessa população, sacar o seguro defeso em atraso (pago para a categoria de pescadores/as profissionais no período de reprodução dos peixes, também conhecido como piracema, em que a pesca é proibida, com exceção da pesca para subsistência alimentar das famílias em suas comunidades).

A desigualdade no acesso à informação também é um fator de vulnerabilidade dessas populações que muitas vezes não tinham informações corretas sobre o que estava acontecendo e como poderiam se prevenir. A especificidade das dinâmicas sociais dessas comunidades também se tornou um fator a ser considerado nesse contexto.

A renda das famílias, que está em torno de 1 a 2 salários mínimos, caiu drasticamente, chegando a nenhuma renda em boa parte dos casos, pois suas principais fontes de recurso financeiro, atribuídos majoritariamente as atividades ligadas a econômica da pesca, foram diretamente impactadas. No Pantanal uma das principais atividades econômicas incidem sobre o turismo e comunidades locais que oferecem serviços para o turismo de pesca, como pilotagem de barcos, venda de iscas vivas, guias de roteiros turísticos e venda de produtos da sociobiodiversidade local, foram diretamente impactadas com o fechamento da atividade em decorrência da pandemia.

Esse cenário, somado a severidade climática, tendo em 2020 a maior seca dos últimos 50 anos segundo Embrapa Pantanal, e o recorde histórico de incêndios florestais, expõe a realidade profundamente drástica dessas comunidades e dos diversos outros grupos sociais como comunidades indígenas e quilombolas que, embora não estejam nesse levantamento, também foram afetadas e precisaram de apoio.

## Saúde

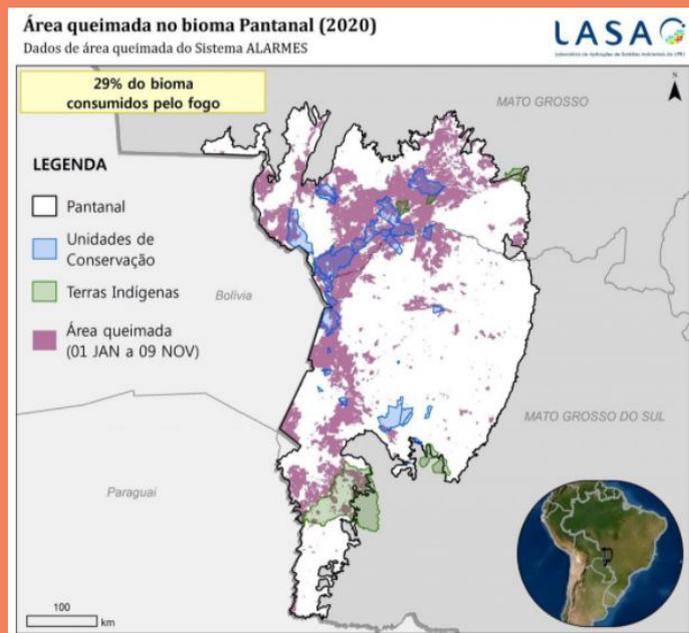
A ocorrência de problemas crônicos de saúde é um alerta para o grupo de risco para Covid-19.

Em **63%** das comunidades as lideranças relatam **haver casos de doenças crônicas** como diabetes, problemas respiratórios de sinusite e asma, e hipertensão.



Atendimento povos das águas no aterro do binega. Foto: Jocemir Antunes (Jaburu)

Dentre as doenças não crônicas citadas estão: problemas estomacais, gripe recorrente, falta de ar e ardência dos olhos. Acreditamos que os problemas estomacais sejam resultado, principalmente, da má qualidade da água, realidade de muitas dessas comunidades, constantemente relatadas por moradores/as. Os outros sintomas citados podem ser decorrentes das altas concentrações de fuligem na atmosfera, consequência dos incêndios no Pantanal.



## Incêndios no Pantanal

Em 2020, até novembro, 4.3 milhões de hectares queimaram no Pantanal brasileiro, isso representa 29% da área total do Bioma no Brasil (LASA, 2020).

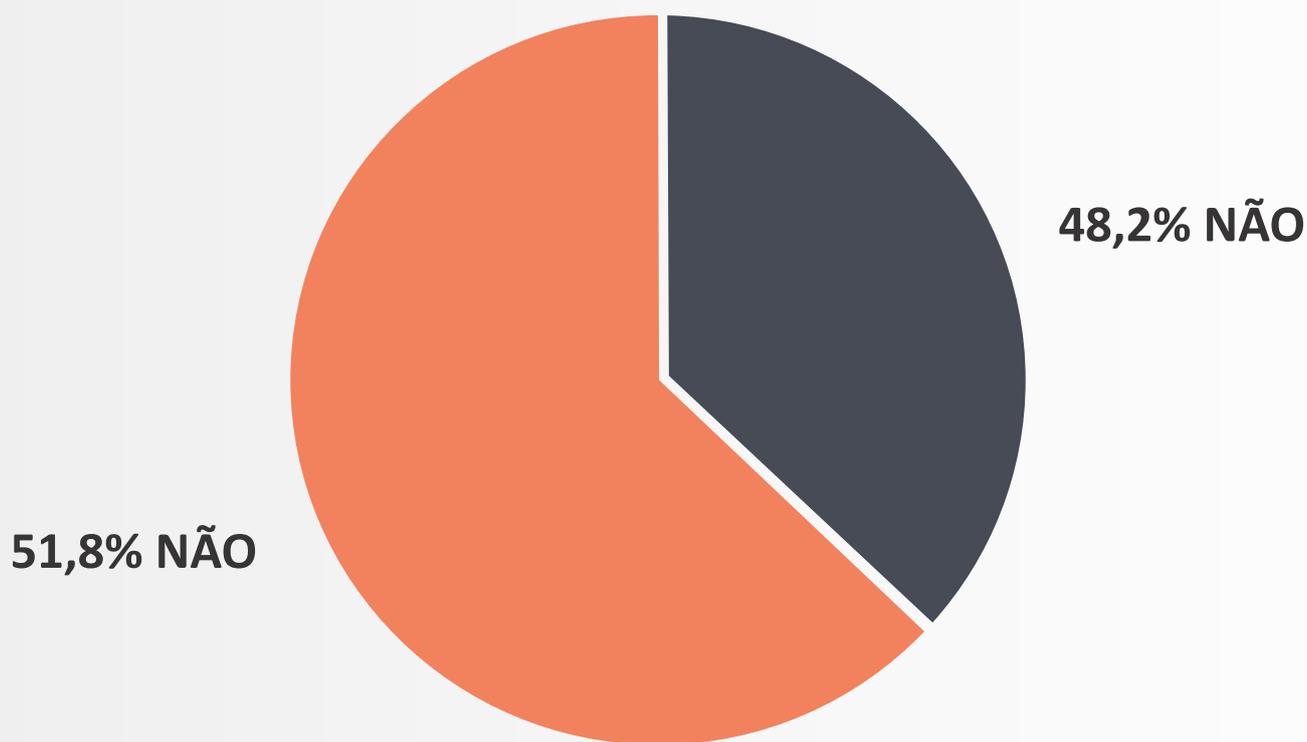
Segundo o INPE (2020), de janeiro a setembro foram 160 mil focos de incêndio na região, cerca de 10% a mais que o mesmo período em 2019. Além disso, o Bioma sofre com uma taxa de desmatamento de 67 hectares por dia nesse período (MapBiomas 2020).



Incêndios no Pantanal em 2020. Foto: Polícia Militar Ambiental de Mato Grosso do Sul

Em **61%** das entrevistas houve o relato sobre a **necessidade de atendimento médico** durante a pandemia. Muitos precisaram acessar o Sistema único de Saúde nas unidades urbanas, onde destes, 45% realizou o teste para novo coronavírus, sendo que **4 pessoas receberam resultado positivo para a Covid-19**.

## ATENDIDOS/AS POR EQUIPE OU PROFISSIONAL DE SAÚDE NA COMUNIDADE:



Quando perguntadas/os se tiveram acesso ao atendimento médico na comunidade, 55,6%, afirmam terem recebido visita/atendimento de alguma equipe ou profissional de saúde durante a pandemia.

Os principais serviços citados foram Povos das Águas<sup>2</sup>, agentes de saúde locais, equipe de vacinação municipal, e Navio de Assistência Hospitalar - NASH<sup>3</sup>.

O trabalho do programa Povos das Águas, a principal assistência de saúde citada, teria em seu planejamento o retorno as comunidades especializadas pelo programa de 3 em 3 meses. Entretanto, no ano de 2020 os atendimentos não seguiram o cronograma como anos passados, até o momento (02 de outubro de 2020), as comunidades só foram atendidas uma única vez.

---

<sup>2</sup> Lei Ordinária 2263/2012 que criou o programa Povos das Águas tem como objetivo atendimentos às comunidades situadas nas regiões das águas do município de Corumbá, subdivido em 03 grandes regiões, partes Alta, Baixa do rio Paraguai e Taquari. Seu artigo 1º diz: "Fica criado o Programa Povo das Águas, com finalidade de promover o desenvolvimento comunitário integrado e sustentável nas comunidades das Regiões das Águas, envolvendo todos os segmentos públicos, sociedade civil organizada e colaboradores, que possam atender à população, prestando-lhe serviços públicos de qualidade."

<sup>3</sup> O Navio de Assistência Hospitalar Tenente Maximiano é subordinado ao Comando do 6 Distrito Naval da Marinha brasileira no município de Ladário/MS, e tem como objetivo prestar atendimento médico e odontológico a comunidades ribeirinhas e rurais.

# Segurança Alimentar

Cerca de **48% das pessoas entrevistadas relatam situação de fome e escassez de alimento nas comunidades**. Durante a pandemia, elas já tiveram uma refeição que não foi suficiente, ou relataram terem tido menos refeições que normalmente têm no dia. Também relataram que já não tiveram nenhuma comida para se alimentar, ou ainda, que foram dormir com fome.

O mais comum nesse cenário é que as famílias reduziram a quantidade de alimento preparado nas refeições, algumas reduziram pela metade.

Além da baixa renda ser um fator decisivo para isso, mesmo que **81,5% tenham acessado o auxílio emergencial**, outro fator determinante para a fome no Pantanal é a situação de estiagem drástica este ano, falta de chuva e nível baixo dos rios, diminuindo consideravelmente a quantidade de peixe nas águas do Pantanal, principal fonte de proteínas das famílias tradicionais.

A maioria dos/as moradores/as afirmam que a produtividade dos pescados está muito abaixo do normal, e relaciona isso ao baixo nível dos rios. Em 2020 a régua de Ladário (umas das principais referências no Rio Paraguai, principal coletor das águas dos rios adjacentes, ex. Rio Miranda) atingiu valores próximos de zero (0,07 cm no dia 25 de setembro de 2020, segundo dados da Marinha brasileira).



Segurança alimentar entrega das cestas em Miranda, comunidade pescadoras. **Foto: Nilza Bandeira**

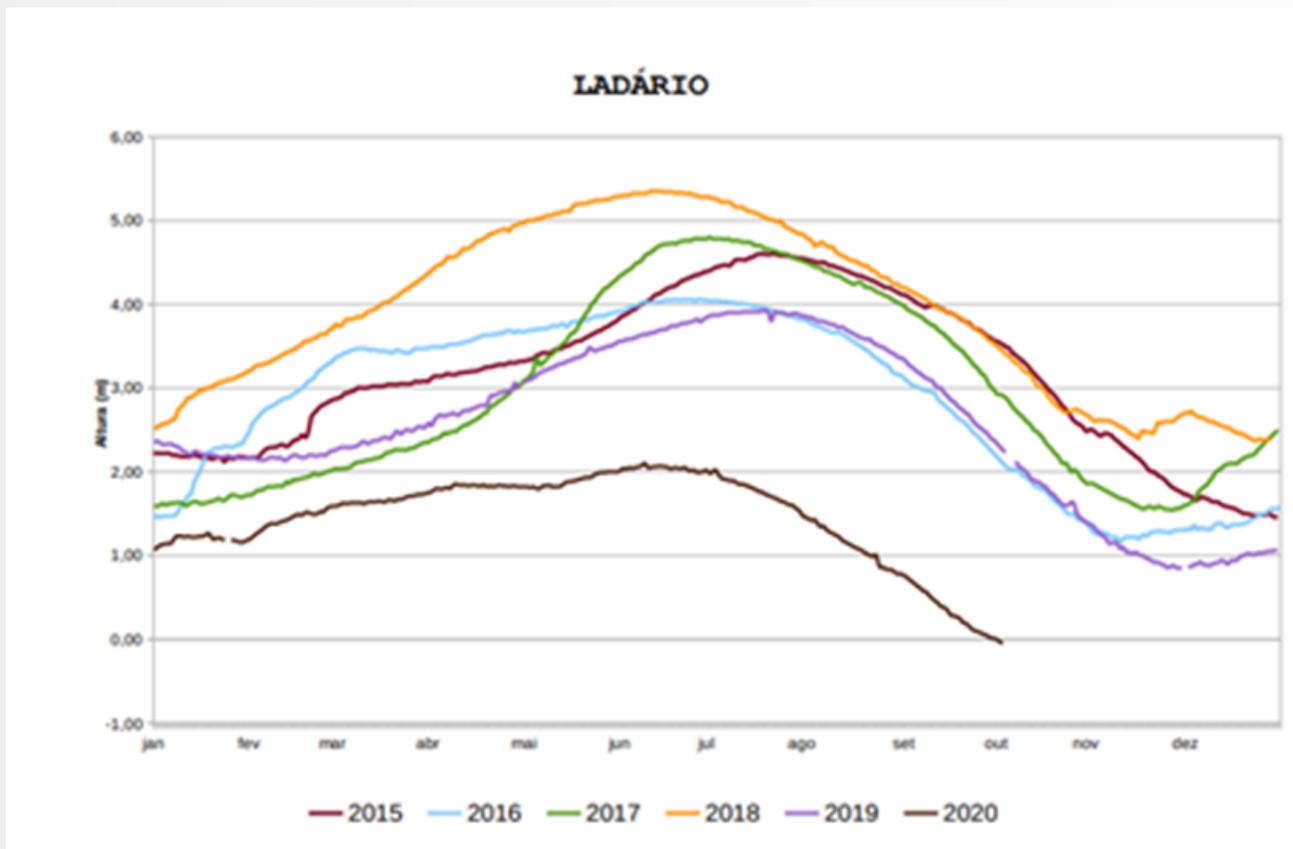


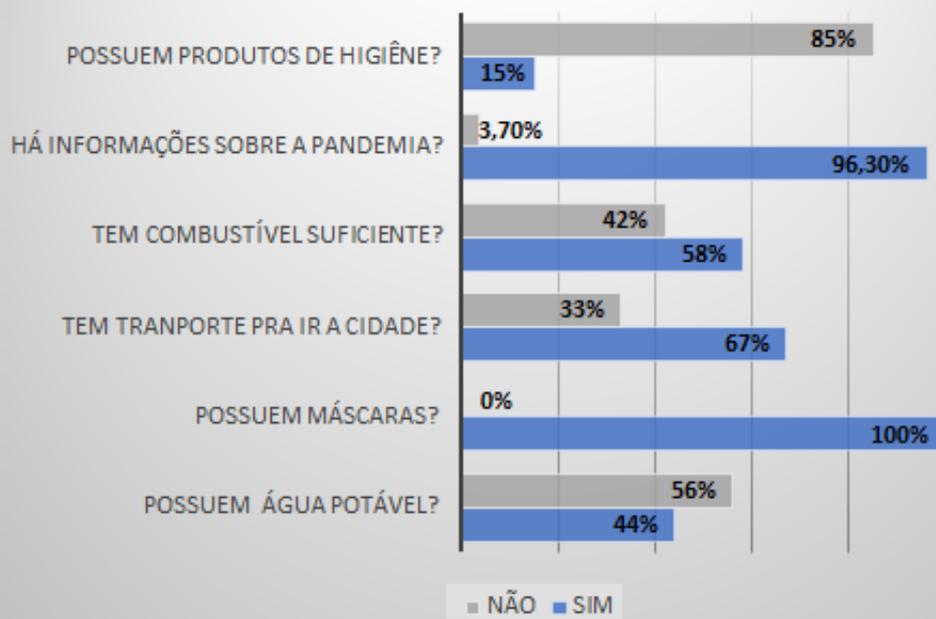
Gráfico: Alturas dos Rios, disponibilizado pelo Centro de Hidrografia e Navegação do Oeste- Marinha do Brasil. Atualizado em 02 de outubro de 2020.

## Meios de sobrevivência frente a pandemia

Enquanto vivemos a pandemia, muitas questões têm sido ponderadas pela Organização Mundial de Saúde, Ministério da Saúde do Governo Brasileiro, entre outros órgãos públicos e privados, para aumentar a segurança das pessoas e fazer o enfrentamento da disseminação do novo coronavírus.

A partir dos métodos de prevenção ao novo coronavírus, buscamos entender as condições dessas populações tradicionais para garantirem a integridade de sua saúde, considerando que estas se encontram na área rural, algumas em localizações mais remotas inclusive, cujas realidades são bastante diversas.

## Condições de Vulnerabilidade



### Água Potável

Identificamos que mais da metade das pessoas entrevistadas não tem acesso a água potável.

Essa realidade é variável, das pessoas que tem água potável em suas moradias, algumas vivem realidades precárias, pois são abastecidas por caminhão pipa e a condição de armazenamento da água é insalubre. Um exemplo disso é a APA Baía Negra (Ladário/MS), em que a prefeitura encaminha semanalmente a água tratada, mas que nem sempre é suficiente para o uso contínuo das famílias, durante 7 dias, por outro lado, as 36 famílias da comunidade não tem condições físicas para armazenar maior quantidade e, dessa forma, vivem com o racionamento de água.

### Máscara de Proteção Individual

Conforme relataram, todas (100%) as comunidades possuem máscaras, sejam as descartáveis ou de tecido. Entretanto, o uso constante das máscaras desgasta o material, e moradores/as precisam ir aos centros urbanos (cidades) para comprar mais máscaras. Muitas famílias não tem recurso financeiro para comprar novas máscaras, em quantidade suficiente.

### Transporte para ir para a cidade em caso de emergência

Cerca de 67% das pessoas entrevistadas responderam possuir algum meio de locomoção, barco, carro ou moto. Entre os 33% que não possuem, ouvimos o relato de solidariedade e cooperação em suas comunidades, sendo que a falta de veículo não aparece como maior

problema em situação de emergência, pois famílias sem meios de locomoção são auxiliadas pelas pessoas que possuem algum automóvel, entretanto, outra situação de dificuldade é a falta de combustível para o deslocamento.

Algumas dessas comunidades estão em lugares remotos, de difícil acesso e distantes dos centros urbanos e quando precisam de atendimento médico ou precisam se deslocar para a compra de alimento, por exemplo, enfrentam muitas dificuldades para pagar o gasto da viagem.



Trabalho de campo e enfrentamento ao COVID-19 nas freitas e comunidades do Pantanal. **Fotos: Arquivo Ecoa**

## Acesso à Informação

Foram 96,3% as pessoas entrevistadas que afirmaram obter informação sobre a pandemia por algum meio de comunicação existente no território. Os citados em ordem de ocorrência foram: Televisão, Internet/celular, Rádios, Sistema de Alerta ECOA<sup>4</sup>, Povos das águas, Agente de saúde, Comissão Intersetorial da Saúde da Mulher - CISMU/Conselho Municipal de Saúde de Corumbá e Empresa Mineradora instalada na região.

Entretanto, as informações são escassas e nem sempre alcançam toda a comunidade. Há também relatos de Fake News que são disseminadas pelas redes sociais e televisão, causando dúvida e pânico em comunitárias/os.

---

<sup>4</sup> Ecoa através do seu Sistema de Comunicação e Alerta, emite semanalmente mensagens de texto (SMS) para as famílias do Pantanal e Cerrado sobre a pandemia: situações riscos, meios de prevenção e informes sobre os atendimentos realizados pelo poder público e empresas nas comunidades mais afetadas. O Sistema de Monitoramento, Comunicação e Alerta do Projeto "Prevenção, mitigação e adaptação para as comunidades pantaneiras frente aos eventos climáticos extremos", da Ecoa, realizado com o apoio do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) – Ministério da Justiça e Segurança Pública / Secretaria Nacional do Consumidor – SENACON (Convênio nº 817381/2015), foi criado em 2018 para alertas referentes a eventos climáticos extremos e hoje presta esse serviço de utilidade pública para o enfrentamento ao Covid-19, no estado de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

## Acesso aos meios de comunicação

No ano de 2011, a ONU (Organização das Nações Unidas) definiu o acesso aos meios de comunicação como um direito fundamental.

Isso porque, nos dias de hoje, a internet é notada como um serviço necessário para a democratização da informação e ampliação da capacidade de conectividade entre as pessoas.

Em tempos de pandemia, a desigualdade social quanto ao acesso a comunicação no Brasil ficou bastante evidente.

As comunidades tradicionais e locais do Pantanal nos mostraram que estão entre os grupos de menor acesso digital.

Falta internet para buscar informações confiáveis sobre a pandemia, falta sinal de telefone para ligações emergenciais em caso de risco de morte e falta o direito a uma participação mais inclusiva nos desafios encarados nesses novos tempos.



Foto: Nathalia Eberhardt Ziolkowski

## Acesso a produtos de higiene pessoal e domésticos

15% das pessoas entrevistadas afirmaram não possuir produtos de higiene suficientes.

Em algumas comunidades, como Porto Esperança (Corumbá/MS) e APA Baía Negra (Ladário/MS), as mulheres somaram esforços na produção de sabão caseiro, distribuindo para as famílias de suas respectivas comunidades, uma demonstração de solidariedade e resiliência frente às necessidades enfrentadas.

## Trabalho e renda

É alto e preocupante número de comunidades (80%) que sofrem impactos na renda devido a pandemia do novo coronavírus.

Os impactos foram maiores no setor do turismo, onde toda a cadeia comercial envolvida sofreu consequências nesse período. Peixarias deixaram de comprar os peixes pescados por moradores/as das comunidades e com o turismo muito reduzido, cujo as pessoas entrevistadas estimam redução de 70% no fluxo de turistas, a venda de iscas também reduziu drasticamente.

Serviços como pilotagem de barco, importante fonte de renda das comunidades pantaneiras, também foram muito impactados e muitos/as moradores/as ficaram com suas embarcações atracadas na margem, vivendo a dicotômica questão entre a necessidade de preservarem sua saúde frente ao novo coronavírus e a necessidade de trabalhar e produzir renda para se alimentarem.

Há também relato de demissão de empregos formais de familiares que não exercem atividades tradicionais, mas que também contribuem na geração de renda do núcleo familiar.

## Auxílio Emergencial

81% das pessoas entrevistadas afirmam terem conseguido receber as parcelas do auxílio emergencial do governo federal.

No entanto, mais da metade (52%) falam sobre as dificuldades para o recebimento do benefício: Acesso à internet restrito; falta de informação sobre como realizar o cadastramento; burocracia no saque do recurso; e Caixa Econômica Federal, agente operador do benefício, com agências lotadas e sem organização; foram as dificuldades citadas.

## Condições de trabalho

63% não estão conseguindo trabalhar normalmente nesse período.

Além da situação de interrupção do turismo, para evitar a contaminação, há também queixas a respeito dos eventos climáticos recentes como a falta de chuva e o baixo nível dos rios, que tem diminuído significativamente as iscas e pescados disponíveis, como já citado.

Existe, nas regiões levantadas, um trabalho ativo com o agroextrativismo sustentável de espécies nativas, usados na confecção de produtos alimentícios e artesanatos. Dificuldades na comercialização foram registrados e os motivos são diversos: interrupção das feiras e eventos,

interrupção do turismo, queimadas e estiagem que prejudicaram a maturação de frutos:

- As queimadas que ocorreram no Pantanal impactaram diretamente as regiões de ocorrência das espécies, e assim diminuíram a possibilidade de coleta e uso dessas espécies por essas comunidades. A exemplo, cita-se a comunidade tradicional de Antônio Maria Coelho (*Acrocomia aculeata*) que teve grande parte da reserva extrativista de coleta de Bocaiuva (*Acrocomia aculeata*) queimada pelos incêndios. O mesmo ocorreu nas comunidades ribeirinhas APA Baía Negra, Porto da Manga e Porto Esperança, prejudicando estruturalmente os negócios comunitários de cadeias produtivas baseadas nos frutos nativos como Laranjinha-de-Pacu (*Pouteria glomerata*) e Acuri (*Attalea phalerata*).

-Além disso, o fechamento das feiras regionais, principal local de venda dos produtos da sociobiodiversidade local, contribuiu para a queda da renda.

Ações de mitigação desses impactos foram escassas e partiram da sociedade civil organizada.

## Rede de Mulheres Produtoras do Cerrado e Pantanal – CERRAPAN

A rede CerraPan, que articula 8 grupos organizados de mulheres extrativistas de espécies nativas do Cerrado e Pantanal, teve suas atividades prejudicadas durante a pandemia, pois:

- Para aprimorar seus trabalhos, as mulheres da CerraPan fazem atividades de intercâmbio e troca de saberes e experiências. Atividade paralizada.
- Em suas comunidades, as mulheres trabalham de forma coletiva, se reúnem para coletar os frutos, para processá-los e para vendê-los. Atividade readaptada.



Fotos: Nathalia Eberhardt Ziolkowski



Foto: Nathalia Eberhardt Ziolkowski

- O fogo consumiu muitas áreas de reserva extrativista no pantanal, prejudicando a coleta de frutos como a Boicauva (*Acrocomia aculeata*), o Acuri (*Attalea phalerata* Mart. ex. Spreng.) e a Laranjinha-de-Pacu (*Pouteria glomerata* (Miq.) Radlk.).
- Mesmo diante deste cenário desfavorável, essas mulheres seguiram trabalhando pela soberania alimentar de suas comunidades durante a pandemia e, algumas delas, seguiram na produção, em pequena quantidade e de maneira individual, para vender pelos arredores de suas casas e agregar ao núcleo familiar como única fonte de renda deste período, somada ao auxílio emergencial.

## Isolamento social

Cerca de 60% das pessoas entrevistadas reconhecem que é difícil seguir o isolamento social recomendado. Os principais motivos referem-se à maioria ter no turismo local a sua principal fonte de sustento e, à medida que a atividade gradualmente foi sendo retomada, por volta do mês de julho, muitas famílias retomaram atividades de prestação de serviço, como venda de iscas vivas, pilotagem de barco, venda de peixe, entretanto, apenas 30% afirma conseguir tirar renda da atividade para subsistência do núcleo familiar, em geral o recurso obtido serve apenas para manutenção e viabilização de equipamento de trabalho.

Além disso, relatam que suas casas são pequenas e próximas umas das outras, e a dinâmica local é de troca de recursos e serviços entre moradoras/es. Há inclusive os relatos sobre o

quanto é difícil ficar dentro de suas pequenas casas, pois há muita **fumaça** de incêndios invadindo seus espaços.

Há também a necessidade de ir até os centros urbanos para retirada do **auxílio emergencial** e para a compra de comida ou medicamentos, levando-as/os a exposição e risco de contaminação.

## Isolamento nas comunidades tradicionais

O isolamento social – que significa manter distanciamento de outros indivíduos – se dá de maneiras diferentes nos contextos e geografias diversas do Brasil.

Muitas pessoas no Brasil assumiram o isolamento como uma nova forma de vida. Em casa, com água potável, comida e materiais de higiene necessários as pessoas passaram a incorporar novos meios de vida e de convivência, sozinhas ou com o núcleo familiar.

Em comunidades tradicionais, onde não há água potável e encanada, onde não há muros para isolar as famílias, onde as casas são pequenas e precárias e onde há a necessidade de pescar seu próprio alimento, o isolamento é diferente.

A dinâmica sociocultural das comunidades tradicionais deve ser vista, valorizada e considerada no momento de propor políticas de prevenção ao novo coronavírus. Deve, mas não é. Durante essa crise sanitária, a campanha “fique em casa” não alcançou a realidade das comunidades locais no Pantanal. Para reduzir as desigualdades sociais, é preciso olhar para a diversidade e para as especificidades do povo brasileiro.



Foto: Nathalia Eberhardt Ziolkowski

# Conclusão

Dos municípios da planície diagnosticados, ficou evidente a descoordenação dos executivos municipais e estadual frente ao trabalho de prevenção e cuidados ao novo coronavírus, fato que pode ter relação também com as mudanças contínuas no âmbito federal que em muitos casos são responsáveis por diretrizes maiores e repasses de recursos.

Os municípios tomaram cada um suas decisões e instituições de pesquisa como o departamento de Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Pantanal, e comitês locais independentemente, acabaram sendo fundamentais para abastecer sociedade e instituições públicas com informações, dados de contágio e óbitos, além de projeções e relatos sobre a realidade das comunidades locais.

Alguns foram os problemas para dificuldades agudas a prevenção e educação em saúde nas populações ribeirinhas; recorrentes cancelamento das datas de atendimento de equipes de saúde no território; atendimento que não alcançou todas as populações; e equívocos quanto a espacialização dos atendimentos – ou seja, comunidades distribuídas por extenso território, acabaram não sendo atendidas por não terem condições de realizar grandes deslocamentos pelo rio até os locais determinados para ação; além da comunicação do poder público com as comunidades, também deficitária.

Situações todas que refletiram nas respostas dos entrevistados onde, 51,8% não associaram as ações de atenção à saúde como enfrentamento e prevenção ao Covid-19.

Como agravamento, cita-se os incêndios que atingiram todo Pantanal e provocaram nas localidades de Miranda, Ladário e Corumbá a completa imersão dessas famílias vulnerabilizadas a poluição atmosférica em mais de 100 dias ininterruptos, inalando fuligem, fumaça e cinzas suspensas no ar. Condições insalubres que agudamente refletiram em problemas respiratórios a todos os grupos, aspecto que poderia ter agravado ainda mais o contágio pelo vírus.

# Crise Sanitária e Ambiental para as comunidades locais do Pantanal

Realização:



Co-financiador



Apoio:



Ministério Público do Trabalho

Contato

Telefone: (67) 3324-3230

E-mail: [ecoa@riosvivos.org.br](mailto:ecoa@riosvivos.org.br)

[www.ecoa.org.br](http://www.ecoa.org.br)